

# PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ÁREAS VERDES: O CASO DO PARQUE MUNICIPAL JARDIM BOTÂNICO EM SINOP/MT, BRASIL

---

RAUBER, Sinovia Cecília. Pedagoga, bióloga, mestre em Ciências Ambientais.  
Universidade do Estado de Mato Grosso, CEP: 78200-000, Cáceres – Mato Grosso.

E-mail: sinoviapy@yahoo.com.br.

GUARIM NETO, Germano. Professor dr. do Instituto de Biociências, Departamento de Botânica e Ecologia. Universidade Federal de Mato. CEP: 78.060-900, Cuiabá – Mato Grosso.

E-mail: guarim@ufmt.br.

---

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo estudar a percepção ambiental de um grupo de moradores de dois bairros do entorno ao Parque Municipal Jardim Botânico em Sinop/MT, revelando a relação destes com a área bem como o seu envolvimento na proposição de alternativas para a conservação do parque. Para isso foi realizado um estudo sobre o Parque Municipal Jardim Botânico, sendo realizada pesquisa documental nos órgãos públicos; visitas *in loco* para descrição da área; entrevistas semiestruturadas junto a um grupo de moradores de dois bairros do entorno, o Jardim Celeste e o Jardim Botânico. A presença da fauna, flora e das nascentes que formam o Ribeirão Nilza, no interior do parque, indicam a necessidade de sua conservação, sendo a área apresentada pelos moradores como importante para o microclima local, turismo, preservação da biodiversidade e também para realização de pesquisas, contribuindo significativamente para a qualidade de vida da população. Nesse sentido, é importante pensar um novo cenário de mobilização social que vise à participação, propiciando o sentimento de pertencimento da população ao que concebem como meio ambiente, suscitando uma gestão participativa por meio da Educação Ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental; Áreas verdes; População.

## ABSTRACT

This research aims to study the environmental perception of a group of residents of two neighborhoods surrounding the Botanical Garden City Park in Sinop-MT, revealing their relationship with the area as well as their involvement in proposing alternatives for the conservation of the Park. With this aim a study on the Botanical Garden Municipal Park was carried out, using the following procedures: documentary research in public agencies; site visits for description of the area and semi-structured interviews with a group of residents of two neighborhoods in the vicinity, Celeste Garden and the Botanical Garden. The presence of fauna, flora and springs that form Ribeirão Nilza within the park indicates the need for its conservation, and the residents consider the area important for the local micro weather, tourism, biodiversity conservation and also to develop researches, contributing significantly to the population's quality of life. Taking into account the above considerations, it is important to consider a new scenario, which aims to mobilize social participation, propitiating the people the feeling of belonging to what they conceive as the environment, giving rise to a participatory management by means of Environmental Education.

**KEYWORDS:** Environmental Education; Green areas; Population.

## INTRODUÇÃO

A qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas constituem elementos imprescindíveis para o bem-estar da população, pois agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do ser humano, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, aliviam o sentimento de opressão do homem com relação às grandes edificações; são um eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão; contribuem para a formação e o aprimoramento do senso estético; entre tantos outros benefícios. Essas funções são discutidas por Feiber (2004); Loboda; Angelis (2005); Toledo & Pelicione (2005); Vilanova & Matilli (2009).

Dessa maneira, ações que possibilitem a preservação do meio ambiente são necessárias no sentido de despertar cidadãos para a participação (RUSCHEINSKY & VARGAS, 2002), criando interação entre diferentes atores sociais na definição de determinado espaço comum e de seu destino coletivamente (LOUREIRO, 2004).

Estudos sobre percepção ambiental têm sido um meio de entender como esses sujeitos sociais compreendem suas ações e se sensibilizam em relação ao meio ambiente, envolvendo uma série de fatores sensoriais, subjetivos, valores sociais, culturais e atitudes ambientais das comunidades em determinada realidade.

Na relação homem e meio ambiente, Tuan (1980) discute o termo "topofilia", a maneira pela qual os seres humanos respondem ao seu ambiente físico. Para Tuan (1980, p.5): "*Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal.*" Ao contrário, a "topofobia", discutida por Tuan (1980); Amorim Filho (1996) e Almeida (2007), diz respeito a sensações de repúdio e aversão, conduzindo à noção de "*paisagem do medo*" (TUAN, 2005). Ainda quando ocorre a degradação e aniquilamento de paisagens, lugares, construções e monumentos valorizados, a relação é denominada de "topocídio" por

Porteous (1988) e discutida por Amorim Filho (1996).

Na abordagem da percepção ambiental, Tuan (1980) parte do pressuposto que perceber é adquirir conhecimentos pelos órgãos dos sentidos, ou seja, compreender. O processo de percepção antecede a atribuição de significado, que obviamente se refere a algo maior do que simplesmente o sujeito e o objeto, é algo macro; aí estão embutidos seus valores culturais, sociais e econômicos.

Por outro lado, para Merleau-Ponty (2006), a percepção não é um acontecimento, não é algo que se explica como categoria de causalidade, mas reconstitui-se a cada momento como recriação e reconstituição, são campos atuais, mas também campos que se enraizaram ao longo do tempo das gerações, auxiliando na formação da subjetividade dos sujeitos.

A partir do conhecimento dos valores e ações que os sujeitos possuem frente ao meio ambiente, a Educação Ambiental é capaz de elaborar propostas que venham envolver determinado grupo, visando provocar transformações mais efetivas que contribuam para a sustentabilidade socioambiental. Estudos nesse contexto são revelados em Jacobi (1996), Rabelo Junior & Guarim Neto (1997), Maelazo (2005), Oliveira (2006), Oliveira & Corona (2008), Fernandes *et al.* (2008), Braga & Marconi (2008), Cerati & Souza (2009), Nascimento & Almeida (2009). Também na cidade de Sinop/MT por Peron (2003), Figueiredo & Guarim Neto (2009), Pereira & Guarim Neto (2009), Trugillo *et al.* (2009).

Nessa abordagem, o presente trabalho discute a percepção ambiental de um grupo de moradores em Sinop/MT em relação ao Parque Municipal Jardim Botânico, visando contribuir com a Educação Ambiental e a Gestão Ambiental das áreas verdes urbanas, bem como o envolvimento da população local na proposição de alternativas para a conservação dessas áreas.

## MATERIAL E MÉTODOS

### Área de Estudo

A cidade de Sinop localiza-se na região centro-norte do Estado de Mato Grosso, com altitude de 384 m 11° 50' 53" de Latitude Sul 50° 38' 57" de longitude oeste. O clima predominante é o tropical quente úmido.

Apresenta dois períodos distintos, seco e chuvoso, com precipitação anual de 2.500 mm, com maior intensidade nos meses de janeiro a março, e temperatura média de 28°C. A área do município é de 3.942 km<sup>2</sup>, com 113.082 habitantes (IBGE 2011). Está inserida no Bioma Amazônico, contribuinte da Bacia Hidrográfica do Rio Teles Pires, afluente da grande Bacia Amazônica.

O Parque Municipal Jardim Botânico, criado pela Lei 1099/2009, totaliza uma área de 90,92 ha. Localizado na porção sul no centro da cidade, constitui-se do agrupamento de três fragmentos florestais, denominados no projeto de urbanização como Reserva R1, R2 e R3. Em seu interior são observadas as nascentes que dão origem ao Ribeirão Nilza (Figura 1).



**Figura 1** – Localização do Parque Municipal Jardim Botânico e Bairros em Sinop/MT  
**Fonte:** MAPInfo 8,5 e Google Earth, 2009 adapt. Rauber, 2009.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para o levantamento de informações referentes ao parque, foi realizada pesquisa documental nos órgãos públicos, entrevista com o gestor municipal do parque e visitas *in loco*. Para o estudo da percepção ambiental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto a um grupo de moradores de dois bairros do entorno, o Jardim Celeste e o Jardim Botânico.

Foram realizadas apresentação, explicação da pesquisa e entrevista junto ao representante das associações dos referidos bairros. Estes, por sua vez, indicaram outras pessoas que poderiam contribuir com informações, detendo-se a pessoas mais antigas residentes no bairro. Os nomes eram cadastrados, sendo as visitas agendadas e, mediante identificação e explicação dos objetivos da pesquisa, após o consentimento oral, eram realizadas as entrevistas, respeitando o anonimato. E esses indicavam outros moradores. Quando os indicados se foram repetindo, as entrevistas foram encerradas, baseando-se na técnica bola-de-neve (BERNARD, 2002). Sendo assim, foram entrevistados 84 moradores.

A discussão dos resultados baseou-se nos pressupostos da fenomenologia indicados por Tuan (1980), Merleau-Ponty (2006) e nas concepções de

meio ambiente propostas por Sauvé (1997), segundo as quais o meio ambiente pode ser considerado como: natureza – para ser preservado e apreciado; recurso – para ser gerenciado; problema – para ser resolvido; lugar para se viver – para ser cuidado; biosfera – como local para ser dividido; projeto comunitário – para ser envolvido.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **A importância das áreas verdes para os moradores**

Os informantes entrevistados estão constituídos por 62% do g nero feminino e 38% do g nero masculino, com idades entre 20 e 87 anos, sendo predominante a faixa etária de 41 a 50 anos (33%). Dentre o nível de escolaridade da maioria está o Ensino Fundamental (36%), seguido de Ensino Superior (32%). A maioria (54%) migrou do Estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980, visto que o projeto de coloniza o da cidade de Sinop se deu na década de 1970.

Em rela o   importância das áreas verdes urbanas, estão as seguintes justificativas, baseadas nas informa es dos moradores, conforme mostra o Quadro 1.

| Indicativos   | Evocações <sup>1</sup>   |
|---|--|
| Importante para as condições do ar, trocas gasosas, clima, temperatura e sensação térmica | “Alivia o calor” (F, 29 anos)<br>“Diminui a poluição” (F, 41 anos)<br>“Por causa da questão do clima, essa questão da chuva já mudou muito” (F, 31 anos)       |
| F<br>Um recorte do que fora a flora e fauna local e regional, servindo como turismo       | “É a continuação da floresta verde né. Como é que nossos filhos e netos vão saber se não existir essas matas, essas florestas, elas tem que ter!” (F, 48 anos) |
| Para proteção dos recursos hídricos   | “É pra preservar a princípio, as águas existentes ali, as nascentes” (M, 67 anos)  |
| Para pesquisa   | “Pra estudo, estudo de formação, pesquisa” (M, 52 anos)  |
| Contemplação - beleza cênica  | “Eu acho muito importante porque é uma coisa bonita dentro da cidade” (53ª F, 48 anos)   |
| Como local de lazer – visitação, caminhada  | “Pra fazê uma caminhada dentro né” (F, 56 anos)<br>“Para a população levar as crianças, passar a tarde lá” (F, 22 anos)  |
| Conservação da flora e da fauna   | “Para o equilíbrio da natureza, aquelas áreas acabam preservando os pássaros, alguns bichinhos” (F, 42 anos)   |
| Relacionado à qualidade de vida   | “Interação meio ambiente e população [...] melhora qualidade de vida da população que habita em roda” (M, 23 anos)   |
| Sem necessidade   | “Não sei se precisa né [...] eu acho que isso ai não vai muda muita coisa no meio ambiente né...” (F, 54 anos)   |

F= feminino; M= masculino

**Quadro 1** – Indicativos de importância atribuídos às áreas verdes.

**Fonte:** Desenvolvido pela autora.

Nesses apontamentos fica evidente a importância das áreas verdes como um "recurso" (SAUVÉ, 1997), para ser usufruído de forma indireta - uma possibilidade de contribuir nas condições do clima e, assim, melhorar a qualidade de vida da população – e também de forma direta – para a visitação e para ser utilizado em pesquisas. Na concepção de "natureza" (SAUVÉ, 1997), enquanto espaço para

ser admirado, quando revelam um lugar para conservar a flora, a fauna e os recursos hídricos; para o turismo, também como beleza cênica, para ser apenas contemplado (DIEGUES, 2000).

As áreas verdes aparecem numa relação topofílica (TUAN, 1980) entre homem e meio ambiente, indicando o sentimento de cuidado necessário com a beleza natural e com a conservação da biodiversidade,

em que homem e meio ambiente interagem. Já o indicativo "sem necessidade" mostra que não há importância na existência de áreas verdes, o que Porteous (1988) chama de topocídio, pois não se fazem necessárias e deveriam ser extintas.

Por outro lado, a relação entre paisagem e o ser humano é intrínseca a cada um, dependendo da situação vivida, conforme destaca Tuan (1980, p.110):

A apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos. Também perdura além do efêmero, quando se combinam o prazer estético com a curiosidade científica. O despertar profundo para a beleza ambiental normalmente acontece como uma revelação repentina. Este despertar não depende muito de opiniões alheias e também, em grande parte, independe do caráter do meio ambiente. As cenas simples e mesmo as pouco atrativas podem revelar aspectos que antes passavam despercebidos e este novo insight na realidade é, às vezes, experienciado como beleza.

### **Parque Municipal Jardim Botânico – lembranças, fatos e o cenário atual percebido**

Cada imagem e ideia sobre o mundo são compostas de experiências pessoais, constituídas de maneira singular ao longo do tempo pelo aprendizado, imaginação e memória. Os lugares em que vivemos, visitamos e percorremos a nossa leitura de mundo e os domínios da imaginação e da fantasia contribuem para as nossas concepções de natureza, de tudo o que o homem constrói e dele próprio (MACHADO, 1996).

A partir das entrevistas, pôde-se constatar que é escassa a divulgação sobre o parque, já que somente 12% dos informantes sabem da denominação R1, R2, R3 e apenas 1% tem conhecimento da atual nomeação: "Parque Municipal Jardim Botânico". Os demais (87%) se referem a denominações usando pontos de referência, como: "Essa aqui perto", "Aqui do Botânico", "Aquele ali", "Aqui ao lado", "Aqui pra baixo", usando o corpo como ponto de referência ao lugar (TUAN, 1983).

Alguns termos emanados das evocações livres dos

moradores, quando perguntados sobre o parque, indicam fortemente aspectos de degradação ambiental: "Malcuidada"; "o povo não cuida"; "não valoriza"; "já foi tudo devastado." Outras afirmações tratam da falta de infraestrutura: "Não tem como entrar lá dentro"; "vejo só mato."

Os moradores resgatam lembranças de atividades que eram realizadas na área fazendo uso de seus recursos, como a captação de água e a retirada de terra e cascalho, que contribuíram para o comprometimento da conservação do parque. Após a retirada de terra e cascalho, o passivo resultante foi utilizado para deposição de resíduos de madeira, entulhos e, posteriormente, lixo doméstico.

Também houve o represamento do Ribeirão Nilza, que se deu para captação de água para molhar as ruas no período da seca, quando estas não eram pavimentadas. Essa represa, conhecida pelos moradores como "Bica", era utilizada para lazer dos moradores: "Aquele represa era bem visitada (risos). Era os primeiro lugar que tinha assim pra i, na época" (F., 38 anos). Além do lazer, moradores do entorno realizavam atividades de pesca e caça na área, mas atualmente não é possível, conforme cita o morador: "Essa represa há 15 anos dava peixe, hoje não dá mais, porque se encheu de lixo" (M., 47 anos).

A imagem da mata frondosa, antigamente existente na área, revela um sentimento de saudades e de indignação por não ter sido conservada, já que era uma reserva de proteção ambiental: "Aqui era uma matona formada, árvore coisa mais linda... natureza virge né..." (M., 48 anos.)

Ações realizadas pelo órgão público municipal são lembradas pelos moradores, mas como medida paliativa, não resolvendo a causa do problema. Com intuito de escoar as águas pluviais dos bairros, foram abertos valetões nos centros das avenidas e, alguns destes, canalizados na direção do Ribeirão Nilza no interior do parque, provocando erosões que resultaram em voçorocas. Há perplexidade em descrever o fenômeno que os impressiona pela sua grandiosidade: as voçorocas observadas no parque. "Porque lá

*embaixo tem um buraco muito grande que a água abriu (...) É enorme!"* (M., 70 anos.)

A visão do lixo permeado pelo aspecto da sujeira, do feio, do mau cheiro, que já não serve e que agride os sentidos, é uma das situações mais comentadas pelos moradores durante as entrevistas: *"Eu vi muito lixo. O pessoal não tem consciência e joga entulhos, lixo, papel, plástico, fogão velho, geladeira, árvore. Eu vi muita coisa errada ali, muito lixo"* (M., 60 anos).

As queimadas têm sido outro fenômeno bastante assistido pelos moradores, que as percebem como um problema anual, que parte das próprias pessoas, que causa pavor, aspecto de destruição, que transforma o verde em cinza, cor sem vida, destrói o habitat dos animais, a proteção da nascente e do córrego e gera a fumaça que agride o meio ambiente e a saúde do ser humano. É a poluição percebida: *"Fogo todo ano. Um das coisas que mais me preocupam na época da seca é o fogo na reserva. Não tem um ano que não passa fogo nessa reserva!"* (F., 38 anos.)

Devido ao fogo, desmatamento e outras atividades, a área perdeu a maior parte de sua vegetação nativa, dando espaço para proliferação de gramíneas e plantas invasoras, indicando aspectos de uma área degradada. Em consequência disso, torna-se mais suscetível a ocorrência de queimadas no período da seca, e parte da vegetação ainda presente é uma mistura entre as plantas nativas, pioneiras e introduzidas.

Como consequência do comprometimento da mata ciliar, canalização de águas pluviais e deposição de resíduos, a poluição e o assoreamento da nascente e do córrego são acontecimentos também percebidos pelos moradores: *"Antes, quando cheguei em Sinop, tinha uma nascente, ela aflorava com mais intensidade. Hoje bem menos, com baixa vazão. Nascente do Ribeirão Nilza"* (M., 32 anos).

A preocupação com a fauna e flora, evidenciando a biodiversidade do parque, é bastante ressaltada. A necessidade da vegetação e dos animais para garantir o aspecto de meio ambiente enquanto "natureza" (SAUVÉ, 1997) se expressa na fala: *"Ainda se observam animais, macacos, cutia, paquinha. Ainda*

*têm alguns ali. Você vê loro, papagaio, as graias fazem pousada ali..."* (M., 48 anos.)

Tuan (1980, p.6) relata que *"duas pessoas não veem a mesma realidade; entretanto, todos os seres humanos compartilham percepções comuns, em virtude de possuírem órgãos similares"*. Não basta um único sentido para acontecer a percepção ambiental; eles são complementares, cada sentido reforça o outro, de modo que, juntos, esclarecem a estrutura e a substância do edifício todo, revelando o seu caráter essencial.

O ser humano traz consigo percepções diferentes do espaço vivenciado, que, para Merleau-Ponty (2006), consiste em imagens mentais, construídas na trajetória em sua vivência a partir de sua percepção.

O sentimento de insegurança em relação ao parque o torna um incômodo aos moradores da redondeza, pois eventualmente tem servido como esconderijo para atos de criminalidade e uso de entorpecentes, devido à falta de iluminação e de manejo: *"Agora a gente tem medo, por causa da bandidagem, boca de fumo"* (F., 47 anos). Situações de cunho social acabam influenciando na relação dos moradores com o parque, provocando medo, repulsa e afastamento, retratando um caso de topofobia (TUAN, 1980).

Nas proximidades do parque está localizado o Viveiro Municipal, lembrado pelos moradores e apontado como um meio para a realização de atividades de recuperação na área. Nesse caso, a presença do verde é apreciável, ainda mais se tratando de um berço de germinação de espécies, destinadas ao plantio, como é o caso do viveiro: *"Eles têm uma coisa muito boa que eles fazem muda de árvore pra plantá, isso ali tá bom"* (F., 48 anos).

Revelam-se na percepção dos moradores, nos seus conhecimentos em relação ao parque, a predominância da visão de "problema" (SAUVÉ, 1997) que necessita ser resolvido.

Esse tratamento agressivo em relação ao parque é um reflexo da sociedade em relação aos aspectos naturais. Desse modo, para Merleau-Ponty (2006, p. 463), o ser humano e a natureza estão em profunda relação:

Assim como a natureza penetra até no centro de minha vida pessoal e se entrelaça a ela, os comportamentos também descem na natureza e se depositam nela sob a forma de um mundo cultural. Não tenho apenas um mundo físico, não vivo somente no ambientes da terra, do ar e da água, têm em torno de mim estradas, plantações, povoados, ruas, igrejas, utensílios, uma sineta, uma colher, um cachimbo. Cada um desses objetos traz implicitamente a marca da ação humana à qual ele serve. Cada um emite uma atmosfera de humanidade que pode ser muito pouco determinada, se se trata de algumas marcas de passos na areia, ou ao contrário muito determinada, se visito todos os cômodos de uma casa recém-desocupada. A civilização de que eu participo existe para mim com evidência nos utensílios que ela oferece.

### O Parque Municipal Jardim Botânico no imaginário dos moradores

Considerando a longa série dos acontecimentos, nota-se que o presente sempre passa. Podemos antecipar essa passagem, tratando o passado próximo como distante, o presente efetivo como passado: sendo assim, o porvir é o vazio que se forma adiante do presente. A prospecção seria na realidade uma retrospecção e o porvir uma projeção do passado (MERLEAU-PONTY, 2006).

Sendo assim, partindo das percepções em relação ao parque, os moradores entrevistados vislumbram uma nova realidade, apontando indicativos para a sua gestão, conforme revela o Quadro 2, apresentando algumas evocações que as justificam.

| Indicativos                | Ações  | Evocações Livres   |
|----------------------------|--|--|
| Manejo e conservação (49%) | Limpeza; isolamento; levantamento de espécies; prevenção de queimadas; | <i>“Podia zela dela né. Zela pá modê de não queima direto do jeito que tá queimando...”</i> (F, 56 anos)                   |
| Acesso à população (34%)   | Criação de área de lazer; criação de zoológico; pesquisa;              | <i>“Transformar isso ai num lugar gostoso onde a população possa ter espaço pra poder visitar”</i> (F, 38 anos)            |
| Fiscalização (4%)          | Vigilância; multar;  | <i>“Então não tem jeito co povo, o negócio é fazê o povo paga, tê uma fiscalização melhor...”</i> (F, 55 anos)             |
| Educação Ambiental (1%)    | Conscientização da população; campanhas educativas;                    | <i>“Acho que deveria ter uma divulgação maior né. Esse di di principalmente cum criança ou com escola...”</i> (M, 38 anos) |
| Terceirização (1%)         | Delegar a gestão do Parque à uma empresa                               | <i>“O município podia abrir uma concorrência...”</i> (F, 43 anos)  |
| Não opinaram (11%)         | -  | -  |

**Quadro 2** – Ações necessárias para gestão do Parque Municipal Jardim Botânico em Sinop/MT, segundo a percepção dos moradores.

**Fonte:** Desenvolvido pela autora.

A necessidade de manejo é uma prioridade para os moradores. O isolamento da área com cerca e portões, separando-a da população, limitando seu acesso, retrata o imaginário do intocado (DIEGUES, 2000). Os moradores imaginam a recuperação do parque com o reflorestamento, recuperação da nascente, estudo de impacto ambiental e medidas de controle do despejo de águas pluviais.

Exemplificamos o caso das Unidades de Conservação como modelo possível a ser adotado no caso da gestão de parques urbanos. Todas as unidades de conservação devem ser gerenciadas por um Plano de Manejo, também chamado de Plano de Gestão. Atualmente, esse planejamento tende a ser participativo, envolvendo a sociedade como um todo, especialmente as populações vizinhas e Organizações Não-governamentais – ONGs (MONTEIRO & NÓBREGA, 2008).

O exercício do poder coercitivo é também um dos apelos dos moradores quanto à necessidade de vigiar o entorno do parque. A punição para quem causa atividades impactantes, com o objetivo de prevenir que isso ocorra, seria feita com a utilização das multas. Porém, alguns moradores enfatizam que, anterior à multa, há necessidade de conscientização das pessoas, sendo essa um atributo da Educação Ambiental.

Entretanto, para Loureiro (2009), a coletividade precisa utilizar o meio natural para satisfazer suas necessidades básicas de subsistência. Isso se reflete na hora de decidir sobre a apropriação e o uso dos recursos naturais, pois ali estão em jogo, de um lado, o interesse público, que obriga à defesa e à preservação do bem de uso comum, e, de outro, a utilização dos recursos por atores com diversos interesses.

Atividades voltadas à Educação Ambiental também são enfatizadas, mas com menor expressividade, quando se imagina um novo cenário para o parque, chamando a população para o exercício da cidadania, com campanhas educativas e de conscientização.

Para isso a Educação Ambiental tem como premissa sua realização em parceria com outras instituições, especialmente com as secretarias de educação, para o desenvolvimento da Educação Ambiental formal, e

com outras instituições públicas e privadas e ONGs, no caso da educação não-formal (PHILIPPI & MAGLIO, 2005).

### **O olhar da Educação Ambiental sobre as áreas verdes estudadas**

De acordo com Guimarães (1995), a Educação Ambiental exercida em Unidades de Conservação – UCs propicia a interrelação dos processos de aprendizagem, sensibilização, questionamento e conscientização em todas as idades, e a utilização dos diversos meios e métodos educativos para transmitir o conhecimento sobre o ambiente e enfatizar de modo adequado atividades práticas e sociais.

No Brasil, a Educação Ambiental assume hoje uma perspectiva mais abrangente, não restringindo seu olhar à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis. Sob esse enfoque, tenta despertar em toda a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente, superando a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo, esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante (FREITAS & RIBEIRO, 2007).

Estudos sobre a abordagem de uma educação ambiental não-formal, enfatizando UCs onde as parcerias entre comunidade e poder público surtem melhores resultados na resolução de problemas, mostram a importância de a comunidade ser assessorada por uma equipe de forma interdisciplinar, dando enfoque transversal à temática (PINHEIRO *et al.*, 2004), com atividades como práticas de campo, entrevistas e trilhas interpretativas, discutidas em Peron (2003), Pedrotti (2005), Pereira & Guarim Neto (2009), Trugillo *et al.* (2009).

Como espaços não-escolarizados entendem-se os espaços não formais da atividade educacional, ou seja, aqueles que estão fora da ação direta da rede formal de ensino (FREITAS *et al.*, 2004).

No caso dos espaços verdes, a Educação Ambiental exerce papel importante no sentido de problematizar, a partir de uma visão holística, a

realidade vivida em Sinop, com enfoque para o Parque Municipal Jardim Botânico, pois as experiências e informações emanadas pelos moradores durante o trabalho se refletem também em alguns problemas ambientais que ocorrem na área, como é o caso das queimadas.

Nesse contexto, de acordo com Mussi (2009), a necessidade de uma Educação Ambiental crítica, autônoma e emancipatória, evidenciada na participação social, e que funciona como instrumento de luta contra exclusão social, possibilita uma distribuição mais equilibrada de benefícios relativos ao uso dos recursos naturais.

Guimarães (2006) também discorre sobre a necessidade de uma Educação Ambiental crítica, que venha contribuir para a mobilização das pessoas na participação de projetos de gestão ambiental, voltando-se para a construção de uma cidadania ativa, que possibilite, aos mediadores do processo, instrumentos para sua efetiva participação como atores sociais num movimento coletivo de transformações socioambientais. "*Sendo assim, só se efetiva a gestão ambiental, para a superação dos problemas ambientais, se a participação de todos os atores sociais envolvidos, que compõem a realidade enfocada, for possível. Explicitando conflitos e viabilizando consensos negociados e não imposto* (p. 187)."

Discussões no contexto da comunidade podem antever a ação do poder público, e atividades de Educação Ambiental podem acontecer mesmo anteriores à recuperação do parque. É nessa realidade em especial que destacamos o papel do Viveiro Municipal, inserido no parque há mais de 20 anos.

Algumas atividades realizadas no viveiro podem envolver a comunidade no conhecimento da área, desde sua denominação, sua função e até sua história, promovendo momentos de interação com a comunidade, atentando-se para o que ainda está presente no parque, como são o caso da nascente e do córrego, representantes nativos da flora regional, bem como as próprias atividades realizadas no viveiro.

Para Jacobi (2006), a problemática ambiental

urbana representa a possibilidade de abertura de espaços para programar alternativas diversificadas de democracia, a garantia de acesso à informação e a consolidação de canais abertos para uma participação plural.

Desse modo, a realização de visitas para interpretação ambiental com moradores e público escolar de seu entorno contribui com o reconhecimento da área, apontando para a necessidade de sua recuperação e conservação.

Por interpretação da natureza entende-se como uma atividade de Educação Ambiental realizada dentro da unidade de conservação, que visa ampliar os conhecimentos dos visitantes sobre aspectos naturais e sociais (PINHEIRO *et al.*, 2004).

Vale ressaltar que um dos princípios básicos da interpretação "*é que seu propósito primordial não é a instrução (o ensino), mas sim o desafio, a provocação, estimulando a curiosidade e o interesse do visitante*" (MENGHINI, 2007, p. 212). As trilhas interpretativas são uma ferramenta muito utilizada, onde quem interpreta é tanto quem guia os visitantes quanto quem participa, pois estamos constantemente interpretando o que está a nossa volta (MENGHINI, 2007).

Experiências com interpretação ambiental, promovidas com ensino formal em espaços externos à sala de aula, envolvendo alunos e professores, são discutidas por Tamaio (2002), nas quais as atividades de campo são os laboratórios onde se concretizam, emergem e interagem os conteúdos teóricos, elaborados em sala de aula, com a realidade ambiental percebida.

Para tanto, é necessário um trabalho continuado, participativo, com um planejamento coletivo, partindo dos órgãos gestores do parque e do viveiro – principalmente no que diz respeito à conservação da nascente. Iniciativas locais, sem contar com grandes recursos financeiros, podem ocorrer aproveitando as atividades do viveiro, equipe técnica de órgãos públicos, escolas, organizações e população do entorno.

Ao se referir à Educação Ambiental, Jacobi (2005;

2006) a situa num contexto amplo, o da educação para a cidadania. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, se concretiza a partir da possibilidade de cada pessoa exercer seus direitos e deveres e sentir-se como ator co-responsável nas discussões e ações socioambientais (JACOBI, 2005). Nesse sentido, a cidadania "*tem a ver com o pertencimento e identidade numa coletividade*" (p. 234).

A Educação Ambiental com vistas à mobilização e participação também é explicitada, por Castro e Canhedo Jr. (2005), como uma um caminho para a construção do exercício da cidadania, por meio de processos coletivos, numa presença ativa e decisória já fundamentada na "Constituição" de 1988.

Há necessidade de uma sensibilização por parte de órgãos gestores e população para que conheçam as condições e necessidades do parque; a partir disso é que se pode passar a desejar um novo cenário. Para isso é importante resgatar as percepções, os valores, experiências desses atores, bem como suas aspirações, pois a lógica da racionalidade instrumental excluiu do caminho os sentimentos mais humanos, da intuição e da emoção, valores fundamentais para estreitar os laços entre os seres humanos e a natureza, de se viver uma solidariedade (TRISTÃO, 2002).

Por isso a Educação Ambiental deve buscar, acima de tudo, "*a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas*" (JACOBI, 2006, p. 431).

As unidades de conservação têm se mostrado como lugares privilegiados para o desenvolvimento de programas de educação ambiental, desde que sejam planejadas de forma a atender às necessidades da população e servir de espaço de reflexão para a realização de encontros, seminários e atividades que envolvam grupos locais e de seus arredores. Ainda se destacam algumas atividades possíveis de serem realizadas nessas áreas, que permitem um contato direto com aspectos naturais, como o estudo do meio, trilhas interpretativas e o ecoturismo. Essas não devem ocorrer de forma pontual e caracterizadas apenas pelos

aspectos ecológicos, mas como atividades permanentes, que envolvam também aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e éticos (TOLEDO & PELICIONI, 2005).

Para tanto, é necessário envolver a comunidade na responsabilidade socioambiental, no processo educativo cujo aprendizado englobe a prática de todas as capacidades que promovam o desenvolvimento do ser humano. Para a efetivação desse processo, são necessárias a continuidade e a constante compreensão, interpretação e expressão da realidade. Dessa maneira, a participação da comunidade é decisiva, por deter o saber local (GUARIM NETO, 2006).

Para que ocorra a conservação das UCs, é indispensável que gestores, juntamente com a comunidade, participem ativamente na tomada de decisões, por meio de sua sensibilização, problematizando a realidade com vistas ao conhecimento da comunidade. Assim, é possível realizar um planejamento para determinada área, partindo de ações percebidas como necessárias, pelo poder público e comunidade, propiciando a participação e o exercício da cidadania, por meio da Educação Ambiental.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Municipal Jardim Botânico, formado pelas reservas R-1, R-2 e R-3, é uma área degradada no centro urbano de Sinop, cujas atividades que visam à sua conservação são escassas até o momento. A presença de nascentes que formam o Ribeirão Nilza ressalta a necessidade de sua conservação, pois a maioria de sua área é compreendida como Área de Proteção Ambiental – APP.

Os moradores entrevistados mostram-se conscientes da importância da conservação de áreas verdes e almejam a possibilidade de usufruí-las positivamente. Desse modo, torna-se mais emergente a necessidade da recuperação do Parque Municipal Jardim Botânico, sendo indicadas as seguintes ações: a não abertura de ruas ou avenidas prevista no projeto urbano, pois esta fragmentará ainda mais o parque; o isolamento de sua área total, com acesso somente pelo

Viveiro Municipal; a iluminação de seu entorno e fixação de placas educativas; o reflorestamento, partindo das APPs das nascentes e do córrego, utilizando-se das mudas produzidas no Viveiro Municipal, envolvendo a comunidade nas atividades; a abertura de trilhas com pontos estratégicos para interpretação ambiental, com as visitas acompanhadas por um guia que conheça a área e sua história.

Nesse contexto, a Educação Ambiental desempenha papel imprescindível como ponto de partida no fortalecimento de diálogos com vistas ao despertar para a participação dos diversos atores sociais. O Viveiro Municipal inserido no parque pode desempenhar papel importante na realização de atividades que envolvam a comunidade local e as instituições de ensino.

Partindo do que faz sentido à população, é importante pensar um novo cenário, de envolvimento, participação e pertencimento ao que concebem como meio ambiente, para que ocorra valorização do saber local com vistas às especificidades do vivido e experienciado.

#### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. P. **A percepção da paisagem urbana de Santa Maria/ RS e os sentimentos de topofilia e topofobia de seus moradores.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Programa de Pós-graduação em Geografia. Santa Maria: RS, 2007.
- AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, Topofobia e Topocídio em MG. In: DEL RIO & OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches.** Walnut Creek: Altamira Press, 2002.
- BRAGA, R. N.; MARCOMIN, F. E. Percepção Ambiental: uma análise junto a moradores do entorno da Lagoa Arroio Corrente em Jaguaruna, Santa Catarina. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental.** V. 21, p. 236-257, jul./dez. 2008.
- CERATI, T. M.; SOUZA, A. Q.; Educação Ambiental e percepção: o caso do Parque Estadual das fontes do Ipiranga, São Paulo, Brasil. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental.** v. 23, jul./dez. 2009.
- DIEGUES, A. C. S. **O Mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 3. ed., Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.
- FEIBER, S. D. Áreas Verdes Urbanas: Imagem e Uso – o Caso do Passeio Público de Curitiba-PR. **RA'E GA,** Curitiba: n. 8, p. 93-105, 2004.
- FERNANDES, R. S. DIAS, D. G. M. C.; SERAFIM, G. S.; ALBUQUERQUE, A. Avaliação da percepção ambiental da sociedade frente ao conhecimento da legislação ambiental básica. **Revista Direito, Estado e Sociedade,** n.33, p. 149 a 160, jul/dez 2008.
- FIGUEIREDO, J.; GUARIM NETO, G. Aspectos da Percepção Ambiental de um grupo de empresários de Sinop, Mato Grosso, Brasil. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental,** v. 22, janeiro/julho, 2009. Disponível em [www.remea.furg.br](http://www.remea.furg.br).
- FREITAS, S. F. *et al.* Educação Ambiental em espaços não-escolarizados: gestão e conservação. IN: TAGLIEBER, J. E.; SILVEIRA GUERRA, A. F. (Orgs). **COLÓQUIO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO SUL,** 1- Pesquisa em Educação Ambiental: Pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental. **Anais.** Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2004.

- FREITAS, R. E. de; RIBEIRO, K. C. C. Educação e Percepção Ambiental para a conservação do meio ambiente na cidade de Manaus – uma análise dos processos educacionais no Centro Municipal de Educação Infantil Eliakin Rufino. **Revista Eletrônica Aboré**, Amazonas, p. 1-17, nov/2007.
- GUARIM NETO, G. O saber tradicional pantaneiro: as plantas medicinais e a Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande do Sul, v.17. p. 71-89, 2006.
- GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. São Paulo: Papirus, 1995.
- GUIMARÃES, M. Educação Ambiental e a Gestão para a sustentabilidade. IN: SANTO. S, J. E.; SANTO, M. **A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. 3.ed. São Carlos: Rima, 2006.
- IBGE. **Cidades: Sinop-MT: População 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 03/04/2011.
- JACOBI, P. A percepção dos problemas ambientais urbanos em São Paulo. In: FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Orgs). **Incertezas de Sustentabilidade na Globalização**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- \_\_\_\_\_. Participação. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- \_\_\_\_\_. Meio ambiente e educação para a cidadania: o que está em jogo nas grandes cidades? IN: SANTO. S, J. E.; SANTO, M. **A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. 3.ed. São Carlos: Rima, 2006.
- LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava-PR. v.1 n.1, p. 125-139. Jan./jun. 2005.
- LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, n.0, p. 13-20, 2004.
- LOUREIRO, C. F. B.; (org). **Educação Ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana – uma abordagem emancipatória**. São Carlos: Rima Editora, 2009.
- MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada: a Serra do Mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO e OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- MELAZO, G. C. Percepção Ambiental e Educação Ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Revista Olhares & Trilhas**. Uberlândia, v.6, n. 6, p. 45-51, 2005.
- MENGHINI, F. B. *et al.* Interpretação ambiental. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007. v.2.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MONTEIRO, M. J. S.; NÓBREGA, W. R. M. Gestão ambiental em unidades de conservação: reflexões e proposta acerca das instalações (eco) turísticas na Área de Proteção Ambiental Algodãoal-

Maiandeuá, Maracanã-Pará. **Caderno Virtual de Turismo**, UFRJ, v. 8, n.3, 2008.

MUSSI, S. M. A educação ambiental crítica na gestão de Unidades de Conservação: sua utilização para mediação de conflitos no processo de gestão socioambiental participativa. In: LOUREIRO, C. F. (org). **Educação Ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana – uma abordagem emancipatória**. São Carlos: Rima Editora, 2009.

NASCIMENTO, M. V. E.; ALMEIDA, E. A. Importância da realização de trilhas participativas para o conhecimento e conservação da diversidade biológica: uma análise da Percepção Ambiental. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental**, PPGA-FURG, v. 23, p. 358-368, julho a dezembro de 2009.

OLIVEIRA, N. A. S. A Educação Ambiental e a percepção fenomenológica, através de mapas mentais. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambiental**. v.16, p-32- 46. PPGA-FURG, Jan./ jun. 2006.

OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista Científica ANAP Brasil**. v.1, n. 1, p. 53-72, julho 2008.

PEDROTTI, D. E. **Educação e Paisagem**: tecendo elos para Educação. 2005. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

PEREIRA, I. C.; GUARIM NETO, G. **Educação Ambiental no Parque Florestal de Sinop**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

PERON, D. **O Parque Florestal de Sinop (MT) e sua importância para a Educação Ambiental**.

2003. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

PHILIPPI JR. A.; MAGLIO, I. C. Política e Gestão Ambiental: conceitos e instrumentos. In: PHILIPPI JR, A; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, Manole, 2005. (Coleção Ambiental 3).

PINHEIRO, A. *et al.* Abordagens em educação ambiental não-formal: gestão, unidades de conservação e entorno. In: TAGLIEBER, J. E.; SILVEIRA GUERRA, A. F. (Orgs). **COLÓQUIO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO SUL**, 1 – Pesquisa em Educação Ambiental: Pensamentos e reflexões de pesquisadores em Educação Ambiental. **Anais**. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2004.

PORTEOUS, D, J. Topocide: The annihilation of place. In: EYLES, J; & SMITH, D. (Orgs). **Quantitative Methods in Geography**. Polity Press, 1988.

RABELO JUNIOR, F. A.; GUARIM NETO, G. A opinião da comunidade de Cáceres-MT sobre seus problemas ambientais e possíveis soluções. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá: IE/UFMT, n. 10, Jul./Dez.1997.

RUSCHEINSKY, A.; VARGAS, A. N. Agroecologia e reforma agrária: integração possível e necessária. In: RUSCHEINSKY, A. **Educação Ambiental**: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá: IE/UFMT. n. 10, jul./ Dez..1997.

TAMAIO, I. **O professor na construção do**

**conceito de natureza:** uma experiência de educação ambiental. São Paulo: Annablumme: WWF, 2002.

TOLEDO, R. F.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental em Unidades de Conservação. IN: PHILIPPI JR, A; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, Manole, 2005 (Coleção Ambiental 3).

TRISTÃO, M. As dimensões e os desafios da Educação Ambiental na sociedade do conhecimento. IN: RUSCHEINSKY, A. (Org). **Educação Ambiental:** abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TRUGILLO, E. A.; GUARIM NETO, G.; BAMPI, A. C. Percepção Ambiental de moradores do entorno do Parque Florestal de Sinop-MT: Subsídios para a Educação Ambiental em áreas

urbanas. In: SIMPÓSIO REGIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS E AMBIENTAIS, 2. **Anais**. UFMT, Cuiabá-MT, p. 3-7, 2009.

TUAN, Y. F. **Topofilia:** um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Tradução Livia de Oliveira. 2.ed. São Paulo: Editora Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar**. Tradução Livia de Oliveira. 2.ed. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Paisagem do Medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

VILANOVA, S. R. F.; MAITELLI, G. T.; A importância da conservação de Áreas Verdes remanescentes no Centro Político Administrativo de Cuiabá-MT. **Rev. UNICiências**, v.13, p. 55-71, UNIC, 2009.

RECEBIDO EM 15/9/2011

ACEITO EM 29/11/2011